

25 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Dois meses após lei, SP não divulga salários

Justificativa para não vincular nome de servidor a remuneração vai do volume de informações a interpretação da norma

**Governo diz que dados serão publicados em breve; Assembleia está proibida pela Justiça de expor funcionários**

Dois meses após a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, o poder público em São Paulo ainda resiste a divulgar o quanto paga a cada um de seus servidores.

As justificativas para manter as informações em sigilo são diversas. Entre elas estão a dificuldade em processar a grande quantidade de dados e a interpretação de órgãos públicos de que a lei não exige a publicação dos nomes.

Há setenta dias, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) veio a público dizer que liberaria as informações do Executivo "o mais rápido possível", mas não fixou prazo para que isso ocorresse.

O governo credita a demora ao volume de dados e à checagem das informações. Disse que eles serão incluídos nos próximos dias no Portal da Transparência, mas, de novo, não estabeleceu prazo.

Hoje a página na internet tem somente tabelas com a remuneração prevista por cargo, o que não atende à norma federal de transparência.

A Assembleia Legislativa tampouco publica os salários nominais. O Tribunal de Justiça de São Paulo impediu a divulgação, de forma provisória, ao acatar o pedido de associações de funcionários.

Orgão vinculado ao Legislativo, o Tribunal de Contas do Estado divulgou todos os salários pagos por ele sem, no entanto, ligá-los aos servidores que os recebem. Para o órgão, a lei exige a divulgação "individualizada" dos salários, e não nominal.

A interpretação do magistrado e do Tribunal de Contas, porém, diverge de decisão do Supremo Tribunal Federal, segundo constitucionalistas ouvidos pela **Folha**.

Isso porque, em 2009, a corte decidiu que a Prefeitura de São Paulo poderia divulgar a remuneração de seus funcionários acompanhada de seus nomes, apesar de pedido contrário de sindicatos.

Para Pedro Abramovay, ex-secretário nacional de Justiça e professor da FGV-Direito, a decisão final sobre a publicação caberá ao STF.

"Este é um momento em que a sociedade civil testa para ver o que ela pode saber e muitos órgãos vão se protegendo para saber até onde o sistema jurídico vai tolerar que se escondam coisas."

O único Poder que divulga os salários com nomes é o Judiciário, atendendo ao Conselho Nacional de Justiça.







# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 JUL 2012

## TRANSPARÊNCIA OBSCURA

Poder público em SP resiste a divulgar salários nominais de servidores

Órgão	Divulga nominalmente	O que divulga	O que alega
Governo do Estado		Tabela com remuneração de cada cargo	Sistema entrará no ar nos próximos dias
Ministério Público Estadual		Lista de remunerações, sem especificar quem as recebe	Aguarda regulamentação do Conselho Nacional do MP
Assembleia Legislativa		Lista de remunerações, sem especificar quem as recebe	Está impedida por decisão provisória da Justiça
Tribunal de Contas Estadual		Lista de remunerações, sem especificar quem as recebe	Lei não exige divulgação nominal
<b>Tribunal de Justiça</b>		Lista de remunerações especificando quem as recebe	×
Tribunal de Justiça Militar		Lista de remunerações especificando quem as recebe	×

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

MARCOS FERNANDES G. DA SILVA

ANÁLISE

CONTINUAÇÃO

25 JUL 2012

## Transparência permite conhecer aberrações nos vencimentos do funcionalismo público

A Lei de Acesso à Informação e iniciativas que garantem transparência dos gastos geram resultados positivos.

O Estado é uma área meio, não fim e, portanto, o controle de seus custos é uma prioridade, e a sociedade tem o direito à informação sobre cargos, salários e benefícios.

Ser funcionário público já é atrativo, pois existe estabilidade e ganho de uma aposentadoria maior que a do setor privado. Agora, com a publicação dos salários, pode-se ter uma ideia mais clara.

Este fato que já havia sido revelado pelo economista Nelson Marconi. Usando a Pnad, ele mostrou que os servidores recebem mais que trabalhadores do setor privado nas três esferas de governo. Os funcionários da União com ensino médio, por exemplo, ganham 72% a mais do que os da iniciativa privada.

Se o Estado gasta muito mais com mão de obra do que o setor privado, ele gasta mal, de forma injusta e regressiva do ponto de vista social.

Os persistentes aumentos dos funcionários nos últimos anos geraram desequilíbrio. O lado positivo da transparência é esse: ficamos sabendo de aberrações, privilégios exorbitantes e políticas de recursos humanos não condizentes com a boa gestão.

A divulgação de salários está causando resistência de alguns órgãos. Haveria obstáculos a que se divulguem os vencimentos com os nomes. Publicá-los, omitindo os ocupantes, não é condizente com a carreira pública.

Argumentar que os servidores ficam sujeitos ao crime é talvez omitir a real preocupação, em grande parte corporativista. É verdade que as elevadíssimas remunerações poderiam ser atrativo para criminosos, mas quem quer praticar sequestro ou roubo obteria as informações de qualquer forma.

MARCOS FERNANDES G. DA SILVA é professor de economia e direito da FGV-SP

25 JUL 2012  
FOLHA DE S. PAULO

“ tiroteio”

*Triste do país que tem uma corregedora da  
Justiça que acha que a sociedade vai julgar o  
o Supremo a partir do veredicto do mensalão.*

DE ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, o Kakay, advogado de Duda  
Mendonça no caso, sobre as declarações da corregedora do CNJ, Eliana Calmon.

# FOLHA DE S. PAULO

# Jefferson 25 JUL 2012

# desafia o STF e diz

# que não aceita

# condenação

Sete anos depois de denunciar o mensalão,  
ex-deputado se mantém no ataque

## **Segundo ele, o relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, 'joga para a galera' e busca 'aplausos de botequim'**

Sete anos depois de denunciar o mensalão à **Folha**, o ex-deputado Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB, continua no ataque.

Às vésperas de ser julgado com outros 37 réus no STF (Supremo Tribunal Federal), ele sugere que o ministro Joaquim Barbosa tentará condená-lo e o acusa de "jogar para a galera" e buscar "aplausos em botequim".

Jefferson mantém a versão de que o ex-presidente Lula não sabia do esquema de compra de apoio a seu governo no Congresso e diz que será absolvido das acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

"Não serei condenado. Não serei preso. Escreve isso", diz.

O petebista será operado sábado para retirar um tumor no pâncreas, descoberto na semana passada. Deve ficar internado até o início do julgamento.

Abatido, mas com discurso confiante, recebeu a reportagem ontem em seu escritó-

rio no centro do Rio. Na parede, um quadro exibe sua foto de olho roxo na CPI dos Correios, em 2005. Ele sustenta que foi atingido por uma estante num acidente doméstico. "Mas nem mamãe acredita", diz, aos risos.

★

## **Folha - Como o sr. se sente às vésperas de ser julgado pelo escândalo que denunciou?**

**Roberto Jefferson** - Acho que está na hora. Chega. Quanto mais adia, mais aumenta o sofrimento. Em algum momento você tem que enfrentar, e a hora é agora.

## **O que espera do STF?**

Penso que a decisão será severa sem ser política. O Supremo não vai permitir isso.

A meu ver, o ministro Joaquim Barbosa [relator do caso] joga para a galera. Ele não sentencia no direito. O negócio dele é aplauso em botequim, ele gosta disso.

O Joaquim devia se inscrever em partido político, daria um grande candidato. Eu o receberia no PTB de braços abertos. [risos]

## **E os demais ministros?**

Os outros não têm esse negócio. A tradição da casa não é essa. Vai ser todo mun-

do absolvido? Não acredito. Mas não será uma sentença política. O Ayres Britto [presidente do STF] é amicíssimo do governador de Sergipe [Marcelo Déda, do PT]. Foi feito ministro por ele e não é comprometido. O Marco Aurélio, o Gilmar Mendes... O Ricardo Lewandowski, apesar da relação com o PT, tem uma postura independente.

## **Teme ser condenado?**

Se eu tivesse medo, não dormiria à noite. Eles têm a história para julgá-los, a opinião pública. Tem coisas que não dá, apesar da amizade. Tenho certeza de que serei absolvido. Se é justo, não pode me condenar.

Eu não aceito uma condenação. Não se aplica à minha conduta. Eu não me vendi. Não serei condenado e não serei preso. Não serei preso, escreve isso aí.

## **CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

# 25 JUL 2012

## CONTINUAÇÃO

**O sr. admitiu ter recebido R\$ 4,5 milhões do esquema e é acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.**

Não tem o menor cabimento. Seria o fim da desfaçatez eu ter me vendido ao mensalão. Eu adverti o governo um ano antes. Adverti o Lula.

Nem tudo é mensalão. Não acredito que o [deputado petista] João Paulo tenha se vendido, acho absurda a acusação. Ele não tem nada a ver com esse troço. Foi lá, pegou R\$ 50 mil e resolveu um problema da vida dele, mas não vendeu voto.

**Sua alegação de que só recebeu dinheiro para saldar dívidas é a mesma de outros réus que o sr. acusou de venderem apoio ao governo.**

Então o meu advogado, o [Luiz Francisco] Barbosa, está de parabéns. E ele é 0800, está me defendendo de graça porque é companheiro de partido e meu amigo.

**O sr. já disse que o ex-ministro José Dirceu é seu "irmão siamês" no processo. Por quê?**

Se ele não for absolvido, vai haver pressão para levar todo mundo. Se for, abre a porta para outras absolvições. Ele pode fazer a picada para outras condenações. A corte vai ter problema se condenar o Dirceu e não o resto.

**Alguém tentou pressioná-lo ao longo do processo?**

Não. Nenhuma ameaça, nada. Eu também não abro muito a porta. Nunca visitei um ministro do Supremo.

**O que achou de aliados de Lula se reunirem com Marcos Valério, acusado de operar o esquema? Houve chantagem?**

Não quero comentar isso. Seu advogado disse que Lula

já sabia e autorizou o esquema. É verdade?

O Lula custou a agir, custou a acreditar. Mas minha impressão é que ele não sabia. Tenho grande admiração por ele. É um grande político, não abandona os amigos.

O Lula vai continuar sendo o Lula. Ele é povo, tem a catin-ga do povo.

**O Supremo vai confirmar a história que o sr. contou? Outros réus sustentam não haver prova de pagamentos mensais por apoio.**

Não sei se vão escrever a história que eu contei, mas há condutas que vão ser apenadas. O Ministério Público apostou na minha tese, mas não estou preocupado que ela prevaleça.

Minha denúncia era política, e eu sou vitorioso no efeito e na consequência que ela causou.

A imprensa tratava o PT como se fosse o único partido bom, o filete de água limpa no cano de esgoto. Isso acabou. Mas não torço pela condenação de ninguém.

**Tem algum arrependimento?**

Faria tudo novo. Agora é história. O mensalão não me pertence mais. Não sou mais o protagonista.

**“O Joaquim [Barbosa] devia se inscrever em partido político, daria um grande candidato. Eu o receberia no PTB de braços abertos**

**O Lula custou a agir, custou a acreditar. Minha impressão é que ele não sabia**

**ROBERTO JEFFERSON**  
ex-deputado

**ROBERTO JEFFERSON**  
O homem que denunciou o mensalão

**NOME COMPLETO**

Roberto Jefferson Monteiro Francisco

**IDADE**

59 anos

**CRIMES DE QUE É ACUSADO**

Lavagem de dinheiro e corrupção passiva

**CARGO**

Presidente nacional do PTB

**ACUSAÇÃO**

Teria recebido R\$ 4,5 mi para votar a favor do governo no Congresso

**DEFESA**

Nega voto por dinheiro

# FOLHA DE S. PAULO

PAINEL  
Tarja preta 25 JUL 2012

Com aval do PT, um grupo de seis advogados protocolará hoje no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) uma petição dirigida à presidente, ministra Carmen Lúcia, para que a corte monitore e puna o uso indiscriminado de imagens do mensalão no horário eleitoral de TV de adversários do partido. Também pedem que seja regulado o uso de fotos em material impresso, como anúncios e panfletos. O PT pretende processar campanhas que usem cenas do julgamento, que começa no dia 2.

**Na roda** A expectativa dos signatários, entre os quais diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP, Marcelo Figueiredo, e o coordenador do setorial jurídico do PT, Marco Aurélio Carvalho, é levar a ministra a promover o debate em sessão do TSE com demais integrantes da corte.

**Redução...** A estratégia faz parte do trabalho do "bunker jurídico" da campanha de Fernando Haddad, que tenta evitar respingos do julgamento e de outros temas polêmicos em São Paulo.

**... de danos** No radar de preocupações dos advogados está, além da campanha à Prefeitura em São Paulo, a do réu do mensalão João Paulo Cunha, em Osasco (SP).

**Maratona** Ainda que consigam evitar o uso das imagens no horário eleitoral, os petistas se preocupam com a presença maciça do julgamento em telejornais de TV aberta, principalmente na Globo, impedida de usar imagens das Olimpíadas.

**Representação** Presentes a ser reconduzido como membro do Conselho Nacional do Ministério Público, Luiz Moreira é alvo de uma notícia-crime na Procuradoria da República do Distrito Federal que aponta prática de diversas condutas ilícitas.

**Rol** Entre os fatos listados na queixa-crime estão uso de carro oficial para conduzir o ex-deputado José Genoíno, réu no mensalão, assédio moral e tentativa de receber propina por intermédio de André Setti Rossi, servidor do Superior Tribunal de Justiça.

25 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Inquérito do caso Erenice é arquivado pela Justiça Federal

Advogado da ex-ministra diz que magistrado não encontrou prova de tráfico de influência na Casa Civil

**Braço direito de Dilma no governo, ela perdeu o cargo em meio a disputa eleitoral, acusada de tentar favorecer o filho**

ANDREZA MATAIS  
FILIPE COUTINHO  
DE BRASÍLIA

Um ano e sete meses depois de aberto, o inquérito que apurou tráfico de influência na Casa Civil durante a gestão da ex-ministra Erenice Guerra foi arquivado pela Justiça Federal em Brasília.

O advogado Mário de Oliveira Filho afirmou à **Folha** que a Justiça não encontrou provas de que sua cliente e familiares cometeram crime.

O juiz Vallisney de Souza Oliveira, que determinou o arquivamento no dia 20 de julho, não foi encontrado para comentar o assunto.

A Justiça Federal em Brasília também não informou o conteúdo da decisão, alegan-

do que não poderia disponibilizá-la sem autorização prévia do magistrado.

O Ministério Público Federal no Distrito Federal e a Polícia Federal —que, segundo o advogado, concordaram com a decisão do juiz— não se pronunciaram. O procurador responsável pelo caso não está trabalhando devido ao recesso do Judiciário.

Erenice perdeu o cargo de ministra da Casa Civil em 2010, em meio à disputa presidencial. A queda ocorreu no dia em que a **Folha** revelou que ela recebeu um empresário e o orientou a contratar a consultoria do seu filho para conseguir um empréstimo no BNDES.

A ex-ministra confirmou em depoimento à PF que recebeu Rubnei Quícoli na Casa Civil, mas negou ter sugerido que contratasse a empresa de seu filho.

Neste ano, em junho, o ex-presidente Lula criticou a imprensa sobre o caso. Ele disse que Erenice foi “execrada,

acusada de tudo quanto é coisa” na época. “Quando terminou a campanha, o acusador em Campinas retirou a acusação na primeira audiência e a imprensa, que a massacrrou, não teve coragem sequer de pedir desculpas à companheira Erenice.”

Por conta do caso, a ex-ministra foi penalizada com uma censura ética pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República —penalidade que não tem efeitos práticos diretos.

## BRAÇO DIREITO

Erenice Guerra tornou-se ministra da Casa Civil quando Dilma, sua antecessora na pasta, deixou o cargo para disputar a Presidência da República, em 2010. No governo, Erenice era considerada braço direito de Dilma.

O escândalo tirou votos de Dilma e acabou contribuindo para levar a eleição ao segundo turno, conforme já admitiu o marqueteiro da campanha petista, João Santana.



# FOLHA DE S. PAULO

## Cachoeira faz piada e parceiro cochila em audiência

25 JUL 2012

A Justiça Federal teve ontem de usar um auditório para fazer a primeira audiência da ação penal decorrente da Operação Monte Carlo.

Em um palco, ficaram os dois procuradores da República responsáveis pela acusação, o juiz e mais de 20 advogados de defesa.

Na primeira, Carlinhos Cachoeira e Gleyb Ferreira da Cruz —os únicos que permanecem presos— ficaram todo o tempo ladeados por agentes da Polícia Federal.

O réu Adalberto Matias, o Dadá, chegou a cochilar por alguns minutos.

Já Cachoeira fez piada. Quando o juiz perguntou se poderia chamá-lo pelo apelido, o empresário ironizou, sorrindo: “Quase ninguém me conhece por esse nome”.

Além de criticar as interceptações telefônicas feitas pela PF, os defensores atacaram a atuação dos procuradores da República por conta das perguntas feitas às testemunhas de acusação.

O procurador Daniel de Resende Salgado discutiu com o advogado Leonardo Gagno, que defende Dadá.

Gagno afirmou que uma das testemunhas de acusação, o agente Fábio Alvarez Shor, descrevia fatos relacionados a um investigado que não estava presente, o que prejudicaria a defesa.

Resende rebateu. O advogado então afirmou: “O senhor estudou numa faculdade que ensina direito num lugar diferente do que a minha.” O procurador respondeu: “Está parecendo”.

**25 JUL 2012**

## **FOLHA DE S. PAULO**

### **TJ de Pernambuco manda suspender greve de policiais**

**DE RECIFE** - O Tribunal de Justiça de Pernambuco ordenou a suspensão da greve de policiais civis, iniciada na segunda, e fixou em R\$ 20 mil a multa diária ao sindicato por descumprimento.

Até o fim da tarde de ontem a paralisação continuava. O sindicato informou que não havia sido notificado e recorrerá.

A greve, diz a entidade, atinge 70% dos 6.000 agentes. O governo não avalia a adesão. Flagrantes são enviados a delegacias de plantão e ocorrências são registradas pela internet.

A categoria reivindica reajuste de até 65%, além de benefícios e melhores condições. O governo diz que assinou, em 2011, acordo com o sindicato que prevê reajuste de 47,34% até 2014.

# FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DOS LEITORES

25 JUL 2012

## PM

Num Estado cujos policiais preferem usar o porrete em vez do cérebro, o artigo "Pela extinção da PM", de Vladimir Safatle ("Opinião", ontem), é extremamente corajoso. Há uma frase famosa que diz que a farda modela o corpo, mas atrofia a mente. Em São Paulo, a Polícia Militar tem sido exemplar nesse sentido.

LUIS GUSTAVO REIS (São Paulo, SP)

Não concordo com a extinção da PM. Sempre que fui abordado por ela, fui tratado com educação. Ninguém é a favor da violência ou da tortura. Devem-se corrigir os erros e punir os culpados, pois isso faz parte da evolução em todos os setores da sociedade.

CARLOS INHASZ (São Paulo, SP)

Manifesto-me contra a extinção da PM (proposta por Vladimir Safatle), pois, no Brasil, não há instituição que mais e melhor combata a corrupção, em seu seio, do que ela. Já quanto às "mortes em confronto com policiais", digo que o poder civil há anos vem sinalizando que "bandido bom é bandido morto", o que fortalece (irresponsavelmente), entre os militares de São Paulo, aqueles que põem em segundo plano a contenção da violência desnecessária do Estado.

PEDRO FALABELLA TAVARES DE LIMA, procurador de Justiça (São Paulo, SP)

Conquanto a Polícia Militar tenha uma estrutura e uma lógica militares, e sem negar a truculência com que muitas vezes age (o que é de conhecimento público, sobretudo nas regiões periféricas da cidade), pensar na sua extinção é simplesmente desconhecer seu papel. Não se pode esquecer, primeiramente, que a instituição da PM não se enquadra nas Forças Armadas (o que parece ser ignorado pelo colunista Vladimir Safatle). Em segundo lugar, somente quem trabalha diuturnamente com a questão da criminalidade pode aferir a necessidade ou não da PM na linha de frente de combate ao crime.

Excessos devem ser apurados e, uma vez verificados, punidos. Fora isso, qualquer opinião proveniente de gabinetes e escritórios instalados num mundo paralelo e alheios à realidade deve ser desconsiderada, mesmo porque, a extinguir-se a PM, quem desempenharia as funções atinentes à segurança pública?

No mais, a ONU (citada por Safatle) não parece ser o órgão mais indicado para tratar da questão da segurança nem no Brasil nem em qualquer lugar que seja.

JARBAS LUIZ DOS SANTOS, juiz de Direito (São Paulo, SP)

# FOLHA DE S. PAULO

VLADIMIR SAFATLE

24 JUL 2012

## Pela extinção da PM

No final do mês de maio, o Conselho de Direitos Humanos da ONU sugeriu a pura e simples extinção da Polícia Militar no Brasil. Para vários membros do conselho (como Dinamarca, Espanha e Coreia do Sul), estava claro que a própria existência de uma polícia militar era uma aberração só explicável pela dificuldade crônica do Brasil de livrar-se das amarras institucionais produzidas pela ditadura.

No resto do mundo, uma polícia militar é, normalmente, a corporação que exerce a função de polícia no interior das Forças Armadas. Nesse sentido, seu espaço de ação costuma restringir-se às instalações militares, aos prédios públicos e aos seus membros.

Apenas em situações de guerra e exceção, a Polícia Militar pode ampliar o escopo de sua atuação para fora dos quartéis e da segurança de prédios públicos.

No Brasil, principalmente depois da ditadura militar, a Polícia Militar paulatinamente consolidou sua posição de responsável pela completa extensão do policiamento urbano. Com isso, as portas estavam abertas para impor, à política de segurança interna, uma lógica militar.

Assim, quando a sociedade acorda periodicamente e se descobre vítima de violência da polícia em ações de mediação de conflitos sociais (como em Pinheirinho, na cracolândia ou na USP) e em ações triviais de policiamento, de nada adianta pedir melhor "formação" da Polícia Militar.

Dentro da lógica militar, as ações são plenamente justificadas. O único detalhe é que a população não equivale a um inimigo externo.

Isto talvez explique por que, segundo pesquisa divulgada pelo Ipea, 62% dos entrevistados afirmaram não confiar ou confiar pouco na Polícia Militar. Da mesma forma, 51,5% dos entrevistados afirmaram que as abordagens de PMs são desrespeitosas e inadequadas.

Como se não bastasse, essa **Folha** mostrou no domingo que, em cinco anos, a Polícia Militar de São Paulo matou nove vezes mais do que toda a polícia norte-americana ("PM de SP mata mais que a polícia dos EUA", "Cotidiano").

Ou seja, temos uma polícia que mata de maneira assustadora, que age de maneira truculenta e, mesmo assim (ou melhor, por isso mesmo), não é capaz de dar sensação de segurança à maioria da população.

É fato que há aqueles que não querem ouvir falar de extinção da PM por acreditar que a insegurança social pode ser diminuída com manifestações teatrais de força.

São pessoas que não se sentem tocadas com o fato de nossa polícia torturar mais do que se torturava na ditadura militar. Tais pessoas continuarão a aplaudir todas as vezes em que a polícia brandir histericamente seu porrete. Até o dia em que o porrete acertar seus filhos.

# FOLHA DE S. PAULO

## Circulação de jornais cresce 2,3% no país no 1º semestre

Média diária foi de 4.543.755 exemplares, maior número já registrado pelo IVC

A circulação de jornais no Brasil aumentou 2,3%, em média, no primeiro semestre deste ano, informou o IVC (Instituto Verificador de Circulação).

Conforme os dados desse período, foram consumidos em todo o país, em média diária, 4.543.755 jornais, maior número já registrado pelo IVC.

A presidente da ANJ (Associação Nacional de Jornais), Judith Brito, lembrou que a situação no Brasil é diferente em relação à dos países europeus e também à dos Estados Unidos.

“No Brasil, com a melhoria da renda média e a competência da indústria jornalística para conquistar leitores, o aumento na circulação dos jornais tem sido constante nos últimos anos”, disse.

Em 12 meses, as assinaturas cresceram 2,6%, praticamente a mesma variação da venda avulsa -2,7%.

O diretor-executivo da ANJ (Associação Nacional de Jornais), Ricardo Pedreira, também comemorou o crescimento no número de assinaturas de jornais do país.

“Representa um resultado muito bom, é a fidelidade de um leitor. É o que as empresas sempre buscam. É uma mostra de confiança dos leitores nos produtos que eles estão comprando”, afirmou o diretor-executivo da ANJ.

Nos números registrados pelo IVC, estão incluídas as versões digitais dos jornais.

A venda de jornais que custam até R\$ 0,99 foi a que mais aumentou (5,1%).

A comercialização dos jornais que custam entre R\$ 1 e R\$ 2 subiu 2,5%, e a dos de mais de R\$ 2, 0,8%.

25 JUL 2012

25 JUL 2012

# METRO

## Banco é condenado a indenizar cliente

O Tribunal de Justiça do Paraná condenou o banco HSBC a devolver a uma cliente que teve o cartão magnético furtado a quantia que foi sacada por um terceiro e também o valor de uma compra que não foi reconhecida por ela.

De acordo com o desembargador Hamilton Mussi Corrêa do TJ-PR, a cliente terá que ser indenizada devido aos danos causados pela instituição bancária. Ela chegou a receber um documento do Serasa para que regularizasse a situação da dívida para não ter o nome incluído na lista de devedores.

O HSBC informou, por meio da assessoria de imprensa, "que devido ao caso estar envolvido em trâmite judicial, prefere não se pronunciar a respeito".

## Nova ministra é nomeada

STJ. A desembargadora Assusete Magalhães foi nomeada ontem como nova ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça). A magistrada passou por sabatina no Senado em maio e a posse no novo cargo está marcada para 21 de agosto. A presidente Dilma Rousseff ainda analisa uma lista tríplice para nomear um novo ministro da Corte. Foram indicados os desembargadores Sammy Barbosa Lopes, Sérgio Luiz Kukina e José Sabo Paes. O STJ é formado por 33 ministros.

## Governo vai pagar spa a paciente obeso

A Justiça determinou que o governo do Paraná e a prefeitura de Bandeirantes, no norte do estado, paguem um tratamento em um spa a um paranaense que está com 260 quilos. Ele tem obesidade mórbida e, por isso, apresenta vários problemas de saúde.

O paciente não pode realizar a cirurgia de redução de estômago porque há o risco de haver complicações na operação, pelo excesso de peso. Ele teria que emagrecer, pelo menos, 100 quilos.

De acordo com a liminar, Estado e município deverão pagar o tratamento pelo tempo que o paranaense precisar ou então podem ser multados. A decisão precisa ser cumprida até o dia 30 de julho.

## TST valida supersalários

MINISTROS. O TST (Tribunal Superior do Trabalho) descartou ontem irregularidades no pagamento de salários aos ministros acima do teto do funcionalismo público, de R\$ 26,6 mil. Atualmente, 16 dos 25 ministros recebem salários entre R\$ 34 mil e R\$ 58 mil. Em nota, o tribunal explicou que aos valores estão somados férias e 13º salários e antecipação de férias.

25 JUL 2012

## METRO

# Gaeco prende vereadores

Dois vereadores de Piraquara, entre eles o presidente da Câmara, foram presos ontem pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado). A prisão preventiva foi decretada pela Justiça depois da Operação Toca do Peixe, feita no fim de junho.

O presidente da Câmara, Weliton Santos Figueiredo, e o vereador Valmir Soares Maciel são investigados pelo Ministério Público por suspeita de participarem de esquema de desvio de dinheiro na Câmara. Segundo o Gaeco, eles estariam tumultuando as investigações.

A Justiça determinou o afastamento de outro vereador, Leonel de Barros Castro, e de uma servidora das funções públicas que exercem. Eles ainda foram proibidos de frequentar o prédio do Legislativo. A Justiça suspendeu os vencimentos deles.

## TRE sorteia ordem de propaganda eleitoral

O TRE-PR sorteou ontem a ordem da propaganda dos candidatos à prefeitura e Câmara de Vereadores. Elas serão veiculadas de 21 de agosto a 4 de outubro.

Para o primeiro programa, a sequência dos candi-

datos a prefeito é: Gustavo Fruet (PDT), Avanilson Araújo (PSTU), Ratinho Junior (PSC), Rafael Greca (PMDB), Carlos Moraes (PRTB), Luciano Ducci (PSB), Alzimara Baccellar (PPL) e Bruno Meirinho (Psol).

## Fruet terá que adaptar perfil

A juíza Renata Estorilho Baganha, da Terceira Zona Eleitoral, determinou ontem a imediata adequação dos perfis de Gustavo Fruet nas redes sociais Twitter e Facebook. A juíza considerou que os perfis infringiam a Legislação Eleitoral e Resolução do Tribunal Superior Eleitoral ao não informarem a coligação do candidato e sua composição partidária. Fruet informou que acatará a decisão.

25 JUL 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Judiciário não pode ser tratado como órgão do Executivo

A presidente Dilma Roussef recebeu, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ayres Britto. Não se divulgou o teor da conversa, mas não é difícil saber o que o presidente do STF tinha para dizer, no momento em que o governo insiste no congelamento dos salários da Justiça.

O Judiciário tem sido tratado, historicamente, como um órgão do Poder Executivo. Ou seja, a autonomia financeira e administrativa dos poderes é uma ficção.

Em vez de encaminhar diretamente ao Congresso sua proposta orçamentária, o presidente do STF deve enviá-la ao Palácio do Planalto para ser consolidada na proposta global. Já houve casos de corte puro e simples já nessa fase, e de recomendação ao Congresso para os cortes. No Parlamento, onde o governo é maioria e a ordem da Presidência costuma ser obedecida, a proposta é votada — e, depois de aprovada, pode ser vetada. O Judiciário é tratado como uma criança que pode ficar sem a mesada se não se comportar direito.

Ayres Britto é compreensivo e não culpa os atuais governantes. Assegura que esse relacionamento foi calcificado ao longo de séculos e virou cultura. Nesse processo, o Orçamento da União confundiu-se, equivocadamente, com o orçamento do Executivo. Na reunião com presidentes de Tribunais de Justiça, Britto citou o verso de Carlos Drummond de Andrade para ilustrar uma situação em que “cai a Corte, mas não caem os cortesãos”.

O governo federal tem lá seus motivos para controlar a vastidão de uma folha de pagamento infinita — principalmente quando se fala do Executivo e do Legislativo, as duas faces do Poder cuja elasticidade das remunerações permite contorcionismos que o Judiciário não alcança (ao menos não legitimamente). Mas a magistratura e os servidores da Justiça têm também bons motivos para exigir reconhecimento que não se vê.

A Justiça brasileira mudou mais nos últimos 20 anos que durante toda a sua história, atesta a cientista social Maria Tereza Sadek. E mudou mesmo. Principalmente depois da célebre CPI do Judiciário, da forte pressão feita até na forma de “operações da PF”, e da criação do Conselho Nacional da Justiça. Paralelamente a esse processo, viu-se outro fenômeno. A Constituição de 1988, seguida de novas leis e códigos, jogou no colo da magistratura questões nunca antes judicializadas. A taxa de um processo para cada habitante (considerando-se duas partes por processo) mostra que a população reconhece legitimidade ao sistema.



25 JUL 2012

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# TJ-RS pede

# mudanças na Lei

# de Responsabilidade

# Fiscal

Órgãos indicarão pautas prioritárias de proposições legislativas em tramitação

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, considerado em diversos quesitos o mais eficiente do país pelo Conselho Nacional de Justiça, está a um passo do colapso. Apesar de soar alarmista, a frase é comprovada por números e reflete o pensamento de quem vive o dia a dia da jurisdição, os advogados.

Segundo relatório anual do Tribunal de Justiça, a demanda cresceu quase 100% nos últimos dez anos. Em 2002, ingressaram pouco mais de 1,5 milhão de novos processos no primeiro e no segundo graus, números que chegaram a 3,8 milhões no último ano. Neste momento, o volume de processos rompe a barreira dos quatro milhões. Mesmo sendo considerado o tribunal de maior produtividade do país, com 2,8 milhões de ações finalizadas no ano de 2011, o número de magistrados e servidores não acompanhou o aumento da demanda.

Além dos prejuízos aos jurisdicionados e seus advogados, o peso da pilha de processos tem efeito de elevar a carga de estresse e levar juízes, desembargadores e servidores a adoecer. Os magistrados gaúchos têm a maior carga individual de processos do país: são 4.129 para cada julgador.

Em dois ofícios encaminhados, respectivamente, ao CNJ e ao Conselho Federal da OAB, no mês de junho, o presidente da seccional gaúcha, Cláudio Lamachia, relatou a situação e fez um pedido de socorro ao Judiciário estadual.

“A infraestrutura do Judiciário gaúcho, há tempos, não tem mais condições de acompanhar o movimento de processos que ingressam nos foros a cada ano, motivo pelo qual é preciso que as autoridades compreendam a gravidade da situação e atendam às necessidades de melhorias no Sistema Judiciário como um todo”, escreveu Lamachia ao ministro Ayres Britto, que preside o CNJ.

A situação funcional na 20ª e na 8ª Varas da Fazenda Pública, no Foro Central de Porto Alegre, são exemplos. A primeira, que tem a maior concentração de ações, conta com oito oficiais-escriventes e seis estagiários e tem defasagem de dez servidores. Até o final de 2009, a vara registrava 77 mil processos tramitando, segundo levantamento da OAB.

25 JUL 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Novo Código Penal pode entrar na pauta no segundo semestre

Concluído e entregue no mês de junho ao presidente do Senado, José Sarney, o anteprojeto do novo Código Penal passou a tramitar como o projeto de lei do Senado (PLS) 236/2012, e será analisado a partir de agosto por uma comissão de temporária de 11 senadores. Além de várias inovações, o texto, preparado pela comissão especial de juristas que trabalhou durante o primeiro semestre, consolida toda a legislação penal do país.

O texto está organizado em mais de 500 artigos, ante os 356 do atual Código Penal. Conforme o relator da comissão de juristas, o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves, a maior quantidade de artigos decorre da incorporação de aproximadamente 130 leis que abordam temas penais de forma autônoma.

O relatório final entregue pela comissão de juristas, que foi pre-

sidiada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, contém também o histórico dos trabalhos. Nos sete meses de atividade, a comissão realizou 24 reuniões no Senado, além de audiências públicas em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre, bem como seminários em Aracaju e Cuiabá, que contaram com contribuições da comunidade jurídica e acadêmica, além de representantes da sociedade.

### Comissão temporária

Sarney anunciou no dia 17 os senadores indicados pelos blocos partidários para compor a comissão especial que analisará o anteprojeto do novo Código Penal. O parecer da comissão será votado pelo Plenário e, se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados. O último passo é a sanção presidencial.

Para Sarney, o PLS 236/2012 seguirá o caminho tradicional do

processo legislativo. Ele disse esperar que o andamento seja rápido e que se encerre até o fim do ano.

- Levaremos até o fim do ano porque é uma matéria complexa, com temas controvertidos. Durante esse tempo, vamos fazer audiências públicas e ouvir a sociedade uma vez mais, mas chegaremos a uma conclusão – declarou.

### POLÊMICAS

A proposta prevê mudanças polêmicas, como a transformação da exploração dos jogos de azar em crime, a descriminalização do plantio e do porte de maconha para consumo próprio, o maior rigor na punição a motoristas embriagados e a ampliação das possibilidades do aborto legal. Para o senador Pedro Taques (PDT-MT), autor do requerimento que criou a comissão especial, é preciso debater as questões polêmicas do texto.

## Prawo Sistema Jurídico firma convênio com OAB/PR-CAA/PR

A partir de agora, a Prawo Sistema Jurídico passa a oferecer gratuitamente, por 12 meses, o serviço de monitoramento de processos jurídicos, eletrônicos e em segredo de justiça para todos os advogados e estagiários inscritos na Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná – CAAPR. O convênio firmado com a OAB-PR permite o acesso ao Gerenciador Prawo – serviço de controle e monitoramento de

processos no Brasil que mantém o advogado informado sobre seus múltiplos pleitos, tanto com os recortes de publicações dos Diários da Justiça de todo o Brasil como nos andamentos processuais, dados das partes, despachos e decisões.

“Dentro do convênio, os advogados poderão cadastrar ilimitados processos sem monitoramento automático e até 30 processos com monitoramento automático. O advogado

poderá ainda ter acesso à exclusiva agenda da Prawo, e todos os demais recursos avançados do sistema, podendo cadastrar quantos usuários adicionais desejar, tais como outros advogados do escritório, estagiários e secretárias, colocando perfis específicos para os mesmos e processos sob a responsabilidade exclusiva de cada advogado”, explica o gerente da Prawo Sistema Jurídico, Marcelo Josviak.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MARITÂNIA DALLAGNOL

IMPUGNAÇÕES A CANDIDATURA  
E A APLICAÇÃO DA LEI DA FICHA LIMPA

25 JUL 2012

A Justiça Eleitoral deverá, no juízo de origem, julgar até o próximo dia 5 de agosto todos os pedidos de registro, inclusive os impugnados. O processo de registro de candidaturas inicia com a publicação dos pedidos de registro, momento a partir do qual começa a contar o prazo de cinco dias para impugnações que podem ser apresentadas por partidos, coligações, candidatos e pelo Ministério Público. A objeção tanto pode ser em razão da ausência de condição para ser candidato, a exemplo de filiação partidária, como pela incidência de uma ou mais das causas de inelegibilidade previstas na Lei Complementar 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 135 (conhecida como 'Lei da Ficha Limpa').

Os números já divulgados pelos Tribunais Regionais indicam um maior número de impugnações em relação às últimas eleições de 2008, quando houve cerca de 14.200 dos 318.331 inscritos, representando 4,47% dos pedidos de candidatura em todo o Brasil. Neste ano, somente em São Paulo, foram quase cinco mil pedidos de impugnações. No Rio Grande do Sul, segundo dados do Ministério Público Eleitoral, o órgão contabilizou 1033 pedidos de impugnação de registros de candidatura, sendo que a grande maioria dos casos (930) é relativa à ausência de documentos e certidões, e casos de analfabetismo. Apenas 10% dos pedidos (103) têm por base a aplicação da Lei da Ficha Limpa.

Embora elevado, o grande número de impugnações ajuizadas pelo MPE do RS, o que também deve ocorrer nos demais Estados, se deve ao fato de terem sido propostas por falhas ou omissões no pedido de registro, anterior a notificação do candidato, partido ou coligação para sua regularização no prazo de 72 horas, conforme previsão legal, como é o caso da juntada de certidões, comprovantes de escolaridade, comprovantes do afastamento de cargos ou funções exigidos na Lei 64/90, entre outras. Estas situações devem ser observadas pelo juízo na formação do processo e acarretará o indeferimento do registro, caso não sejam sanadas no prazo, ainda que não tenha havido impugnação. Grande parte das ações que tenham por objeto a ausência de documentação, certamente será solvida já na primeira instância.

O que deverá gerar maior debate, no entanto, são aquelas situações decorrentes da aplicação da LC 64/90, com a redação dada pela LC 135/2010, que incluiu novas hipóteses de inelegibilidades e alterações de outras, aumentando o espectro de restrições aos que pretendem concorrer a um cargo eletivo. Destacam-se no rol das principais causas de impugnações de registro a desaprovação de contas de gestão por ato doloso de improbidade administrativa; a condenação criminal nas hipóteses da lei; a condenação por improbidade administrativa e as condenações em processos eleitorais por abuso de poder econômico, compra de voto, arrecadação ou gastos ilícitos e condutas vedadas.

Pelas informações divulgadas pelo MPE-RS, indicando que do universo de 1033 impugnações apresentadas apenas 103 têm por fundamento as hipóteses de inelegibilidade de que trata a LC 135/2010, e considerando que o total de pedidos de registros é de 28.441, pode-se dizer que a decisão do Supremo Tribunal Federal, declarando a constitucionalidade da lei e sua aplicação a casos pretéritos, se fez sentir já na indicação dos candidatos, afastando pretendentes, muitas vezes lideranças expressivas, cuja candidatura levaria ao debate judicial.

A substituição de candidatos considerados inelegíveis para as eleições proporcionais só poderá ser feita até o dia 8 de agosto. Assim, cabe aos candidatos e partidos analisarem a pertinência ou não de interpor recurso no caso de indeferimento de registro de candidaturas ao cargo de vereador, pois, se o indeferimento for mantido pelo TRE, o candidato não poderá ser substituído após esta data. Esta limitação inexistente no caso de candidaturas majoritárias que podem ser substituídas a qualquer tempo antes do pleito. O prazo final para julgamento dos recursos relativos ao registro de candidatos pela Justiça Eleitoral será no dia 23 de agosto.

Para pesquisar a situação dos candidatos registrados, os cidadãos podem acessar o DivulgaCand 2012. O sistema, atualizado diariamente, permite que qualquer pessoa verifique a quantidade de candidatos inscritos por estados e municípios, o número de cargos a vereador, além das informações repassadas à Justiça Eleitoral pelos candidatos, como declaração de bens, certidões criminais, entre outros.

\*Maritânia Dallagnol

tania\_dallagnol@hotmail.com

www.advogadosdallagnol.com.br

25 JUL 2012

# FOLHA DE LONDRINA

# MP confirma benefício retroativo a 2004

Polêmico auxílio-alimentação já adotado pelo TJ e pelo TC agora será concedido também a promotores e procuradores

José Lazaro Jr  
*Equipe da Folha*

**Curitiba** - Com a publicação em Diário Oficial da resolução que regulamenta o pagamento de auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público, os promotores e procuradores de Justiça passam a receber R\$ 630 mensais, embutidos no contracheque. O pagamento retroativo a 2004 também foi confirmado pelo documento, publicado na edição de 18 de julho último. Somente os "atrasados", sem a incidência de juros e correção monetária, ultrapassam os R\$ 60 mil. No total, são 108 cargos de procurador e 527 cargos de promotor no Estado. Dos 527, 510 já estão ocupados e 17 estão em fase de provimento.

Segundo informações do portal da transparência do MP, em média, o salário de um procurador fica em torno de R\$ 26 mil (total bruto); já o de promotor varia de R\$ 19 mil a R\$ 27 mil (entrância final, entrância inicial, intermediária e substituto). Conforme a FOLHA noticiou em abril, sobre a aplicação do auxílio-alimentação aos 120 desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ), o MP havia informado que não tinha

feito este tipo de pagamento e que não tinha intenção de estabelecer o vale-alimentação à categoria.

Entretanto, retrocedeu, informando que a autorização de implantação do auxílio "resultou da constatação da existência de diferença remuneratória entre integrantes de órgãos que deveriam, constitucionalmente, ter remunerações equivalentes", conforme nota oficial divulgada à época.

O pagamento do auxílio-alimentação ganhou força após resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que atendeu reivindicação de diversas classes da Justiça, provocando um efeito cascata nas cortes. A decisão foi seguida no Paraná pelo Tribunal de Contas (TC) e pelo Tribunal de Justiça (TJ), que estipularam o mesmo benefício aos seus membros, incluindo o pagamento retroativo a 2004.

# FOLHA DE LONDRINA

INFORME

25 JUL 2012

## Renúncia

Condenado na semana passada em primeira instância a 9 anos e dez meses de prisão pelos crimes de formação de quadrilha, concussão e lavagem de dinheiro, o ex-vereador Luiz Carlos Tamarozzi (PSC) desistiu da candidatura a uma vaga na Câmara Municipal de Londrina. Sua renúncia foi apresentada à 41ª Zona Eleitoral e homologada pelo juiz Álvaro Rodrigues Júnior. Outros dois condenados na mesma sentença e que também foram vereadores entre 2005 e 2008 - Sidney de Souza (PTB) e Jamil Janene (PP) - são candidatos nas eleições deste ano. Da condenação no caso que ficou conhecido como "Lista Caldarelli" cabe recurso ao Tribunal de Justiça. O empresário Angelo Caldarelli, que teria sido coagido a pagar propina aos vereadores para ver aprovado projeto de lei de seu interesse, também é candidato este ano. Outras cinco pessoas já renunciaram às candidaturas em Londrina.

## Sem coligação

O candidato a prefeito de Curitiba pelo PDT, Gustavo Fruet, teve que incluir no seu perfil do Facebook e do Twitter a coligação da qual faz parte (PDT/PT/PV) após uma decisão judicial, publicada na segunda-feira. A representação foi feita pela coligação "Curitiba Sempre na Frente", encabeçada pelo candidato à reeleição Luciano Ducci (PSB), sob alegação de propaganda eleitoral de conteúdo irregular. A juíza Renata Estorilho Bagnha lembra em seu despacho que a propaganda eleitoral, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, deverá sempre mostrar os partidos políticos que formam a coligação.

## Dois Vizinhos

A Promotoria de Justiça em Dois Vizinhos (Sudoeste) entrou com uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito José Luiz Ramuski, candidato à reeleição pelo PSDB. O Ministério Público (MP) aponta irregularidades na locação e pagamento de um imóvel, situado na Rua Castro Alves. Segundo o MP, o município firmou termo com o Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial (Senac) e locou um imóvel para abrigar a instituição, mas o espaço não foi usado, apesar de o pagamento do aluguel ter sido efetuado pelos cofres públicos. "Desde outubro de 2010 até março de 2012, passados mais de 17 meses e gastos R\$ 42 mil com o pagamento do aluguel, o imóvel não foi ocupado, nem destinado a qualquer finalidade pública", sustenta, na ação, o promotor Wagner Veloso Hultmann, que pede o ressarcimento de danos ao erário.

25 JUL 2012

# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

## Lei Maria da Penha

Por incrível que pareça, Curitiba, normalmente condescendente com os desvios de sua burguesia iluminada, teve uma das figuras mais destacadas do society enquadrada na Lei Maria da Penha por ter surrado a esposa. Ficou preso por várias horas e a mediação dos poderes superiores não funcionou. Quem se vinga nesses casos são as redes sociais.

MAZZA

## Folclore

Justiça mandou corrigir o twitter e o facebook de Fruet sob alegação de que ele ocultava o PT na coligação. Ora se o Ângelo Vanhoni, quando quase ganhou a eleição, transformou a estrela vermelha em cor de rosa por que o Guga, que no caso é o mais constrangido, não teria o direito de fazê-lo?

DORA KRAMER

## Telão

Devido aos seus graves problemas de coluna, o ministro relator Joaquim Barbosa acompanhará boa parte do julgamento pela televisão na sala de vestir dos ministros, acomodado numa espécie de "chaise longue" apropriada ao necessário conforto.

## Liturgia

Entre os ministros do Supremo não é considerado adequado pronunciar em público o termo "mensalão" porque soa a prejulgamento.

A expressão usada é "ação penal 470", conforme se referiu ao caso o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, quando falou com a presidente Dilma Rousseff sobre o policiamento ostensivo na Praça dos Três Poderes durante o julgamento.

MILITÃO

O renomado advogado René Dotti vem de Curitiba para falar a advogados daqui e outros convidados, amanhã, a partir das 18h30, no auditório da Faculdade Pitágoras.

## TST diz que pagamentos acima do teto são legais

Brasília - O Tribunal Superior do Trabalho (TST) afirmou ontem, em nota, que os 65 pagamentos feitos em junho deste ano para ministros e servidores acima dos R\$ 26,7 mil, o chamado teto constitucional, são legais. Na edição de ontem, a Folha de S.Paulo mostrou que 16 dos 25 ministros do TST receberam entre R\$ 34 mil e R\$ 58 mil em valores brutos. O presidente, José Orestes Dalazen, recebeu R\$ 51.149,38 brutos. Anteontem, a assessoria do tribunal disse que não havia tempo hábil para esclarecer os pagamentos.

Segundo o tribunal, os valores ficaram acima dos R\$ 26,7 mil por conta de férias e adiantamento de férias e 13º. "Os contracheques referentes ao mês de junho de 2012 apresentam valores aparentemente superiores ao do teto constitucional porque contemplam "adiantamento de férias", "abono de férias" e "adiantamento de 13º salário", diz a nota.

O maior gasto foi para uma servidora cuja remuneração é de R\$ 6.700, mas recebeu R\$ 91.858,51 graças a uma vantagem eventual de R\$ 79 mil e outros benefícios. De acordo com o tribunal, esses valores referem-se abono de férias, adiantamento de 13º salário e revisão de vantagens pessoais de exercícios anteriores a contar de 2002.

A divulgação dos salários na internet ganhou força com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação Pública, em maio deste ano. Desde então, esferas dos Três Poderes têm começado a divulgar tais informações, embora haja algumas resistências e questionamentos na Justiça sobre o tema.

# FOLHA DE LONDRINA

## MAURO VASNI PAROSKI 25 JUL 2012

### A tática da deslealdade

As normas jurídicas que asseguram a revisão anual da remuneração dos servidores públicos (incluindo os magistrados) vêm sendo sistematicamente ignoradas. Embora seja uma questão primordialmente técnica, vem sendo usada politicamente pelos oportunistas de plantão. Os servidores são colocados numa posição de indignidade. Parecem estar mendigando ou suplicando esmolas. Não é vergonhoso lutar pela efetivação de direitos. Todos deveriam fazer o mesmo.

Muitos se tornaram profissionais desmotivados e desvalorizados (os professores, por exemplo). A tática é jogar a opinião pública contra os servidores e seus líderes. Talvez porque sobrevivam com salários indecentes, muitas pessoas, quanto têm conhecimento da remuneração paga a alguns servidores públicos, demonstram não conseguir distinguir entre aumento e reposição de perdas (recomposição do poder de compra). São contrários à reivindicação. Pensam que aqueles já ganham muito.

O referencial comparativo, claro, é o próprio salário. Na respectiva data-base, alguns com maior sucesso, outros nem tanto, os trabalhadores conseguem, mediante negociação coletiva, reajustes salariais abarcando a variação inflacionária dos últimos 12 meses. Do mesmo modo, anualmente são reajustadas as tarifas de energia elétrica, água e esgoto e telefone, os aluguéis, bem como mensalidades dos planos de saúde e das escolas particulares, entre outros serviços. Sempre que a matéria-prima tem aumento, ou por outra razão há elevação dos preços, o empresário aumenta o valor das mercadorias que produz.

No comércio não é diferente, quando o valor e os custos sobem. Esta é a lógica do mercado. Segue princípios básicos da economia. O regime hegemônico no mundo é o capitalista. O modo de produção é a globalização. Nenhum empresário produz ou trabalha de graça. Querem manter ou até ampliar sua margem de lucro. Todos os custos estão embutidos no preço final pago pelo consumidor.

Estes são marcantes exemplos de reposição inflacionária: reajuste salarial anual dos trabalhadores do setor privado, revisão dos preços dos produtos e

serviços e das tarifas, assim como, das mensalidades escolares e dos aluguéis. Os servidores públicos têm direito à sindicalização, mas não têm direito à negociação coletiva. Tudo depende de lei e da boa vontade dos políticos e dos governantes. Nem de longe os "agradinhos" esporádicos que recebem repõem as perdas acumuladas. A omissão e o modo de agir dos governantes servem para desgastar uma imagem que deveria ser positiva.

A cada dia um elo da corrente é rompido. A desmotivação e a redução da qualidade dos serviços públicos são manifestos. Sofrem com a incompreensão de boa parcela da população. Há inegável manipulação insidiosa de expressiva parte dos meios de comunicação. Não faltam políticos oportunistas para se aproveitar da situação. O efeito mais visível disso é a acumulação da defasagem salarial, chegando a um ponto em que, de fato, se

for concedida, de uma só vez, para todos os segmentos, pode inviabilizar ações governamentais inadiáveis, investimentos públicos e o atendimento das necessidades mais prementes da população.

Este quadro favorece o discurso ideológico para convencer o povo de que as reivindicações não podem ser atendidas. O governo não assume publicamente que a responsabilidade por esta situação, grave e delicada, é sua. A proposital singeleza e lógica dos argumentos retóricos e dissimuladores, tem por fim convencer a opinião pública de que os servidores são insensíveis e não se preocupam com os efeitos da crise econômica mundial. Esta inviabilidade não foi criada pelos servidores. Fosse cumprida a lei, todos os anos, em janeiro, haveria a reposição da inflação do ano anterior. Isso não causaria nenhum trauma ou prejuízo para as contas públicas.

Anterior. Isso não causaria nenhum trauma ou prejuízo para as contas públicas.

A falta de uma política remuneratória sólida, transparente e permanente para a administração pública é, sem dúvida, a principal causa das greves atuais, que têm recebido pouca atenção da mídia, alcançando dezenas de categorias do setor público, causando graves prejuízos, irreparáveis ou de difícil reparação ao conjunto da população.

**MAURO VASNI PAROSKI** é mestre em Direito pela UEL e juiz titular de Vara do Trabalho em Londrina

**A falta de uma política remuneratória sólida, transparente e permanente para a administração pública é a principal causa das greves atuais**

25 JUL 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

**Polêmica judicial.** Marco Aurélio Mello diz que caso tem de ficar 'restrito aos autos' e reclama de Eliana Calmon, segundo quem o Supremo será 'julgado' pela opinião pública durante a avaliação do processo; Gilmar Mendes afirma tribunal é julgado 'a toda hora'

# Ministros reagem a corregedora e dizem que pressão do mensalão não é diferente

Fausto Macedo

Três ministros do Supremo Tribunal Federal reagiram ontem às declarações da corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, segundo as quais a Corte será julgada pela opinião pública durante a avaliação do processo do mensalão.

"Quem é ela para dizer que seremos julgados? O Supremo não é passível de sugestões, muito menos de pressões", disse o ministro Marco Aurélio Mello. "A toda hora estamos sendo julgados. Não é só nesse caso", afirmou o colega Gilmar Mendes. "O Supremo tem que estar acima dessas paixões passageiras", disse o também ministro Luiz Fux.

Os 11 ministros do Supremo começam a julgar o maior escândalo do governo Luiz Inácio Lula da Silva a partir de 2 de agosto. Entre os 38 réus está José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, José Genoíno, presidente do PT à época, e Duda Mendonça, marqueteiro da campanha lulista de 2002.

Marco Aurélio disse que o julgamento deve seguir uma linha técnica, sem influência política. "O que se espera, de fato, é que o julgamento fique exclusivamente restrito ao que os autos contêm. Manifestações desse tipo (*de Calmon*) criam toda uma excitação", afirmou o ministro.

### • Reação

#### MARCO AURÉLIO

MINISTRO DO STF

"Quem é ela (*Eliana Calmon*) para dizer que seremos julgados"

A corregedora deu suas declarações sobre o julgamento antontem em São Paulo. "Há por parte da Nação uma expectativa muito grande e acho também que o Supremo está tendo o seu grande julgamento ao julgar o mensalão", disse Eliana. "Hoje, eles (*os ministros*) têm, sim, uma preocupação porque o País mudou e a população está participando."

Marco Aurélio condenou a postura da ministra. "Uma corregedora-geral chegar ao ponto de dizer que seremos julgados não contribui para o engrandecimento das instituições. Ela (*ministra*) evoca uma pressão", disse. "Não me sinto desafiado, de modo algum. Estou há 33 anos na carreira de magistrado, se eu puder ficar suggestionado nessa quadra da minha vida terei que deixar a toga."

"A opinião (*de Eliana*) é amplamente dispensável", insistiu Marco Aurélio. "Enfraquece as instituições aos olhos dos leigos.

O STF será julgado pelo julgamento do mensalão? É olvidar a missão do Supremo. Esse é o estilo dela (*Eliana*), fala o que pensa. Mas, às vezes, o que se pensa não é o desejável em termos de extravazamento. Ajo de acordo com a ciência e minha consciência. Se tiver que ir para o paredão eu irei, se tiver que cair o teto sobre minha cabeça, que caia, mas não posso abrir mão da minha convicção, não posso ir contra o que diz a Constituição", cpmpletou.

Luiz Fux afirmou que os ministros estão acima da pauta proposta pela corregedora. "O tribunal tem que decidir à luz da razão, é a última trincheira que o cidadão tem para poder obter um resultado judicial justo. Os ministros estão acima dessa pauta. Efetivamente, não faltará independência, nem coragem, para o Supremo tomar a decisão que deve tomar, adotar a solução mais justa no caso concreto", afirmou,

"Há questões emblemáticas, como a marcha da maconha, a união homoafetiva, a cota dos afrodescendentes, questões que precisam de um apoio razoável da sociedade para que sejam analisadas", disse o ministro.

**CONTINUA**



# O ESTADO DE S. PAULO

## CRONOLOGIA

# 25 JUL 2012

### Supremo em pauta

### CONTINUAÇÃO

“No processo criminal é diferente, não se discute uma tese jurídica, mas uma questão subjetiva sobre se efetivamente réus apontados na denúncia têm responsabilidade penal. Então, a influência social nesses casos é diferente. Uma coisa é saber que a sociedade tem um consenso razoável sobre a união de gays. Outra coisa é você se deixar levar por uma opinião pública a respeito da responsabilidade criminal de A ou B.”

“A ação penal não é um processo onde você define uma tese jurídica”, reitera. “Todo magistrado tem que ouvir as vozes sociais, evidentemente. Todo poder emana do povo, mas sem prejuízo ao juiz de julgar um processo subjetivo. Ao julgar a liberdade de uma pessoa, o juiz não pode se despojar de sua responsabilidade”, completou o ministro.

27/1/2012

#### Revolta da toga

Denúncias de corrupção de juízes revoltam presidentes dos TJs, que dizem que intenção é “emparedar” o STF no julgamento do mensalão



10/4

#### Dentro do STF

Ministros Mendes e Ayres Britto (*foto*) pressionam para que mensalão seja julgado até julho

9/4

#### Vídeo do PT

Presidente do PT, Rui Falcão, conclama militância a se mobilizar contra “farsa do mensalão”

17/4

#### Bate-boca no tribunal

Ministro Lewandowski discute com ministro Gilmar Mendes por ter sido cobrado, pelos jornais, para entregar logo o seu voto no processo

19/4

#### Pressa

Ministro Ayres Britto assume presidência do STF e quer “brevidade” no julgamento

19/4

#### OAB

Presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, pede rápido julgamento do processo

21/4

#### Nas ruas

Manifestantes saem às ruas de várias capitais pedindo que STF julgue mensalão este ano

26/5

#### Gilmar Mendes e Lula

Mendes (*foto*) diz que Lula o pressionou para que adiasse o julgamento do mensalão



9/6

#### Dirceu em cena

O ex-ministro José Dirceu convoca estudantes a irem às ruas em defesa dos réus

26/6

#### Voto entregue

Dizendo ter feito “das tripas coração”, Lewandowski entrega seu voto. A hashtag #EntregaLewandowski é trending topic no Twitter

9/7

#### CUT

Vagner Freitas, presidente da CUT, diz que a central fará manifestações se houver politização do julgamento



23/7

#### Corregedora

Eliana Calmon (*foto*), corregedora de Justiça, diz que o STF será julgado pela opinião pública ao avaliar o caso

# O ESTADO DE S. PAULO

## 25 JUL 2012

### DORA KRAMER

**Telão.** Devido aos seus graves problemas de coluna, o ministro relator Joaquim Barbosa acompanhará boa parte do julgamento pela televisão na sala de vestir dos ministros, acomodado numa espécie de “chaise longue” apropriada ao necessário conforto.

**Liturgia.** Entre os ministros do Supremo não é considerado adequado pronunciar em público o termo “mensalão” porque soa a prejulgamento.

A expressão usada é “ação penal 470”, conforme se referiu ao caso o presidente do STF, Carlos Ayres Brito, quando falou com a presidente Dilma Rousseff sobre o policiamento ostensivo na Praça dos Três Poderes durante o julgamento.

## FÓRUM DOS LEITORES

### CORRUPÇÃO

#### O julgamento do ano

A democracia fundamenta-se no tripé Executivo, Legislativo e Judiciário. Esperamos que ao menos este último se mantenha de pé, ostentando a bandeira da justiça e da hombridade, nesta nossa democracia capenga.

**SERGIO SUED JOSÉ GIUDICE**

sergiudice@gmail.com

Campos do Jordão

#### Fé na Justiça

Ao contrário do que disse a sra. Eliana Calmon, o povo não será juiz do Supremo no caso mensalão. O povo (ainda) tem esperança, isso sim, num julgamento isento de partidarismo e interesses individuais. Espera um julgamento com base em fatos, e não em ideologia. O povo, por enquanto, acredita na Justiça.

**M. DO CARMO Z. LEME CARDOSO**

mdokrmo@hotmail.com

Bauru

#### Julgar e ser julgado

Entende a eminente ministra Eliana Calmon, que no cargo de corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) demonstrou plenamente a sua competência e a sua dignidade, que o Supremo Tribunal Federal (STF) será julgado no caso do mensalão, cujos trabalhos se iniciarão no próximo mês. Entretanto, parece que a Suprema Corte não será julgada de forma global, porque tem uma história de glória neste país, apesar dos tropeços de alguns de seus membros. É quase certo que alguns ministros, chegados à cúpula do Poder Judiciário pelas mãos do ex-presidente Lula, serão cobrados, por vias oblíquas, e poderão ceder aos apelos. Mas, por outro lado, eles sabem muito bem que o povo os está mirando e a imprensa apontará o nome dos que não encontraram nas provas material convincente para a condenação, eis que a análise do processo também será feita por uma pletera de juristas, inexistindo a possibilidade de omitir fatos e provas, cujo conjunto poderá determinar condenações. Na verdade, o povo espera justiça, e não um simulacro de aplicação da justiça, porque se trata de um episódio de profunda importância para o País e para quantos acompanharam todas as etapas pela grande imprensa, em especial pelo **Estadão**.

**JOSÉ CARLOS DE C. CARNEIRO**

carneirojc@ig.com.br

Rio Claro

#### Teste para o Supremo

É óbvio que a população está, como nas lutas de escravos no Coliseu romano, com o polegar voltado para baixo, indicando o sacrifício para os infelizes que estavam na arena. É fato justificado pelo insuportável nível de corrupção a que chegou o nosso país. O povo quer o sacrifício para aliviar a angústia de se sentir sem possibilidade de reação contra os poderosos malignos, corruptos políticos, ressalvadas as excepcionais exceções. O STF tem agora a histórica e raríssima chance de aliviar os cidadãos brasileiros, do Oiapoque ao Chuí, desta tortura de ver seus direitos, seus impostos, seus valores serem erodidos pelas injustiças que ocorrem diariamente neste país.

**MÁRIO NEGRÃO BORGONOVÍ**

marionegrao.borgonovi@gmail.com

Rio de Janeiro

25 JUL 2012

GAZETA DO POVO

# Metade dos municípios do PR tem eleitores em excesso

O número de eleitores é igual ou superior a 80% da população em 208 municípios do Paraná – 51% do total do estado. Nas últimas eleições municipais, em 2008, o índice era de apenas 26% – 105 cidades. Há casos ainda mais extremos: em Nova Aliança do Ivaí (Noroeste) e Miraselva (Norte), há mais eleitores do que habitantes, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral e do IBGE. Para coibir fraudes, o caminho é o recadastramento. O TSE planeja que todos os municípios do país possam realizar eleições com identificação biométrica até 2018.

TAXAS DE  
**80%**

ou mais sobre o total da população já são consideradas suspeitas pelo TSE.

25 JUL 2012

GAZETA DO POVO

# Metade das cidades do PR tem “sobra” de eleitores em relação à população

Em dois municípios há mais votantes do que moradores. Situação em geral está ligada à simples falta de atualização dos cadastros eleitorais. Mas favorece fraudes

| Andréa Morais

■ Pouco mais da metade dos municípios do Paraná tem um número de eleitores igual ou superior a 80% da população. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Censo Populacional 2010, das 399 cidades do estado, 208 estão nessa situação — o equivalente a cerca de 51%. O cenário é pior do que o encontrado em 2008, quando 105 cidades do estado (26%) tinham uma relação de eleitores tão elevada

Os casos que chamam mais atenção são os de Nova Aliança do Ivaí (Noroeste do estado) e Miraselva (Região Norte). As duas cidades têm mais eleitores cadastrados do que moradores. Em Nova Aliança do Ivaí são 1.431 habitantes e 1.537 pessoas habilitadas a votar (107,4%). Miraselva tem 1.862 moradores e 1.879 votantes (100,9%).

Taxas de eleitores a partir de 80% sobre o total da população são consideradas suspeitas e podem resultar em processos de revisão eleitoral, desencadeados pelo próprio TSE e pela Corregedoria Eleitoral ou provocados por algum partido político. A média brasileira é de 72,4% e no Paraná a proporção de votantes corresponde a 73,9% da população.

O problema é mais comum em cidades pequenas. Os municípios de Nova Aliança e Miraselva, por exemplo, são, respectivamente, o segundo e o terceiro menores do Paraná. Jardim Olinda (no Norte do estado), que tem a menor população do estado, também apresenta uma proporção desmedida de eleitores: 1.400 para uma população de 1.409 moradores (99,4%).

## Motivos

O número excessivo de eleitores pode ter origens variadas. Cidades que perderam habitantes nos últimos anos enfrentam essa situação, já que muita gente vai morar fora, mas não transfere o título, porque ainda mantém laços com o município de origem, preferindo votar nele ou justificar o voto. Da mesma forma, a manutenção de eleitores falecidos nos cadastros eleitorais contribui para distorções. E há, é claro, a possibilidade de fraudes, quando eleitores de fora são recrutados para ter seu domicílio eleitoral em determinado município e favorecer um candidato.

“Essa prática é mais comum em municípios que fazem divisa de estado. Já tivemos casos assim. Num eleição no Maranhão, por exemplo, uma cidade teve mais votantes do que o total de eleitores cadastrados”, cita o advogado Alberto Rollo, presidente do Instituto de Direito Político Eleitoral e Administrativo (Idipea), com sede em São Paulo.

Para ele, cada Tribunal Regional Eleitoral, por conta própria, deveria promover o recadastramento em todas as cidades com proporção elevada de eleitores em relação à população total. O advogado Luiz Fernando Pereira, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, concorda que o recadastramento é o caminho — principalmente para coibir fraudes.

“Curitiba perdeu quase 150 mil eleitores com o recadastramento biométrico, porque tinha em seu cadastro muita gente que trabalha aqui, mas que tinha mudado seu domicílio para a região metropolitana. O próprio senador José Sarney é do Maranhão, mora em Brasília, mas seu domicílio eleitoral é em Macapá. Não há irregularidade nisso, mas a presença de eleitores de fora distorce o resultado da eleição, porque ocorre a transferência de deliberação”, diz.

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

25 JUL 2012

## ELEITORADO EXAGERADO

O Paraná tem 203 municípios com número de eleitores igual ou superior a 80% da população. Esse é o percentual a partir do qual o Tribunal Superior Eleitoral pode determinar a revisão do número do eleitorado. A proporção, entretanto, deve cair a 65%, para justificar o recadastramento biométrico geral no país. Veja a relação de municípios do estado com mais e menos eleitores em relação à população total:

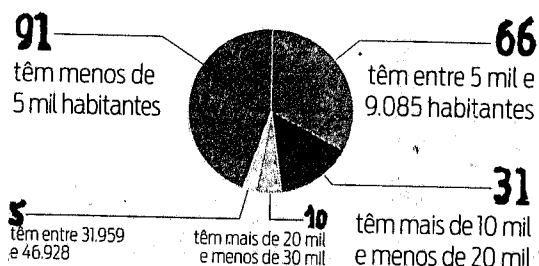
### Dez mais

Cidade	Eleitores	População	%
Nova Aliança do Ivaí	1.537	1431	107,4
Miraselva	1.879	1862	100,9
Jardim Olinda	1.400	1409	99,4
Altamira do Paraná	4.232	4306	98,3
Santa Inês	1.759	1818	96,8
Manfrinópolis	3.025	3127	96,7
Ariranha do Ivaí	2.368	2453	96,5
Guapirama	3.720	3891	95,6
S. Antônio do Paraíso	2.289	2408	95,1
Fernandes Pinheiro	5.632	5932	94,9
Esperança Nova	1.869	1970	94,9

### Dez menos

Cidade	Eleitores	População	%
Quatro Barras	13.853	19851	69,8
Alto Piquiri	7.048	10179	69,2
S. José dos Pinhais	177.652	264210	67,2
Curitiba	1.172.312	1751907	66,9
Colombo	142.466	212967	66,9
Alvorada do Sul	6.773	10283	65,9
Palmas	27.800	42888	64,8
S. Izabel do Oeste	8.366	13132	63,7
Alm. Tamandaré	65.133	103204	63,1
Piraquara	57.797	93207	62,0

Municípios pequenos apresentam tendência a uma maior concentração de eleitores. Entre os 203 municípios com 80% ou mais de eleitores:



### Números

• Dos **190.732.694** brasileiros, **72,5%** são eleitores, segundo os números do TSE. No Paraná, a proporção é de **73,9%** para uma população de **10.44.526**, medida pelo Censo 2010 do IBGE.

• Nas próximas eleições, **1.172.312** pessoas poderão votar em Curitiba. São **137.087** eleitores a menos do que no pleito anterior, quando a cidade tinha **1.309.399** votantes. A redução é resultado do recadastramento biométrico, que fez a capital perder cerca de 10% de seus eleitores.

**"O trabalhador faz a transferência [do título de eleitor] a fim de buscar ajuda na prefeitura. Passada a temporada de trabalho, os trabalhadores retornam para suas cidades de origem e muitas vezes não regularizam a condição eleitoral."**

Cristiane Tomaz de Aquino, chefe de cartório da 138ª Zona Eleitoral.

CONTINUA

25 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

## CAPITAL CONTINUAÇÃO

### Recadastramento fez Curitiba perder 10% de seus eleitores

Nas eleições municipais deste ano, 1.172.312 pessoas poderão votar em Curitiba. São 137.087 eleitores a menos do que no pleito anterior, quando a cidade tinha 1.309.399 votantes. A redução ocorreu em função do recadastramento biométrico concluído neste ano. Com isso, a proporção de eleitores na capital em relação à população geral ficou abaixo das médias estadual e nacional: 66,9% dos moradores de Curitiba são eleitores.

Segundo Ana Flora França e Silva, diretora-geral do

TRE-PR, o principal motivo para a queda no eleitorado de Curitiba foi a exclusão de muitos eleitores que tinham domicílio eleitoral na cidade, mas residiam na região metropolitana. "Há alguns anos, São José dos Pinhais, Agudos do Sul e Tijucas do Sul tinham suas zonas eleitorais cadastradas em Curitiba. Quando as zonas destes municípios foram criadas, essas pessoas não transferiram seus títulos. Com o recadastramento, tiveram que fazer e por isso, ao mesmo tempo em que Curitiba perdeu eleitores, algumas cidades da região metropolitana ganharam votantes", explica.

### TSE planeja reduzir gatilho para revisão do eleitorado

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) planeja que todos os municípios do país possam realizar eleições com identificação biométrica até 2018. Para isso, a tendência é de que o TSE determine a redução do percentual que dispara o gatilho da revisão. Hoje o recadastramento pode ser determinado quando o número de eleitores de um município atinge a taxa de 80% em relação à população geral.

Com a mudança, o limite passaria a ser 65%, o que atingiria a maioria dos

municípios do Brasil. No Paraná, apenas quatro cidades (Palmas, Santa Izabel do Oeste, Almirante Tamandaré e Piraquara) têm uma proporção de eleitores inferior a 65% da população.

Essa revisão do eleitorado, porém, não pode ocorrer durante o período eleitoral. Isso significa que, qualquer recadastramento do eleitorado no estado só ocorrerá a partir do ano que vem. A diretora-regional do TRE-PR, Ana Flora França e Silva, lembra que já ocorreu de o TSE determinar revisão em massa em todo o país para os municípios que tinham mais de 80% de eleitores. Casos pontuais, entretanto, geralmente são tratados a partir de recomendação da Corregedoria Eleitoral Estadual e de pedidos de partidos.

CONTINUA

### Fluxo migratório da população ajuda a explicar a situação

#### MARINGÁ E LONDRINA

*Octávio Rossi, especial para a Gazeta do Povo, e Juliana Gonçalves, correspondente*

● A cidade de Nova Aliança do Ivaí (Noroeste do estado), possui 1.431 habitante e 1.537 eleitores e tem no campo sua maior fonte de renda e geração de emprego. Para a chefe de cartório da 138.<sup>a</sup> Zona Eleitoral, Cristiane Tomaz de Aquino, essa característica da economia do município, que acaba criando um fluxo de trabalhadores rurais, ajuda a explicar por que a cidade tem mais eleitores do que moradores.

“A cidade fica numa região de fluxo transitório de trabalhadores rurais, vindos de muitas partes do Paraná e de outros estados. O trabalhador faz a transferência [do título de eleitor] a fim de buscar ajuda na prefeitura. Passada a temporada de trabalho, os trabalhadores retornam para suas cidades de origem e muitas vezes não regularizam a condição eleitoral”, afirma Cristiane.

Assim como em Nova Aliança do Ivaí, em Miraselva (Norte do estado), a “volatilidade” da população residente no município ajuda a explicar porque na cidade há mais eleitores do que moradores. Nesse caso, porém, o que ocorre é a saída da população do município. A cidade tem uma economia essencialmente agrícola, baseada principalmente na produção de cana-de-açú-

car, mas há pouco emprego e boa parte da população encontra trabalho em cidades vizinhas, como Prado Ferreira, Rolândia e Jaguapitã, mudando-se de Miraselva.

Rosa Vieira Torre criou quatro filhos em Miraselva. Três deles já não moram no município, mas não transferiram os títulos para as cidades onde vivem atualmente. “Estão todos em cidades próximas. Não fica difícil para eles virem votar aqui”, conta. Para o chefe de cartório do Fórum Eleitoral da comarca de Porecatu, Marco Antônio Soares de Pinho, é por isso que esse fluxo migratório nem sempre se reflete no cadastro eleitoral. O cartório, segundo ele, sempre que possível, toma providências para verificar se o comprovante de residência apresentado no cadastro do eleitor é válido.

Miraselva já passou por essa revisão duas vezes, há mais de 10 anos. É o que conta o atual prefeito, João Marcos Ferrer. Segundo ele, como as cidades na região são muito próximas, é comum a população de uma buscar os serviços na outra. “As pessoas utilizam tanto o serviço da cidade que, muitas vezes, querem votar ali”, justifica.

Na cidade de cidade de Jardim Olinda (Noroeste do estado), a menor do Paraná em número de moradores, o equivalente a 99,4% da população é votante. Novamente, a não regularização dos títulos eleitorais ajuda a explicar a situação. “O que acontece no município é que as pessoas mudam de cidade e não transferem o título de eleitor”, comenta o chefe substituto da 91.<sup>a</sup> Zona Eleitoral, a qual pertence Jardim Olinda, Rafael de Azevedo da Silva.

# GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

## **Governo do PR recorre para liberar propaganda**

Chico Marés

25 JUL 2012

¶ O governo do Paraná entrou com um mandado de segurança para liberar a exibição de comerciais referentes às Unidades Paraná Seguro (UPS) em Curitiba. As propagandas foram suspensas liminarmente por decisão da Justiça Eleitoral, no último sábado. O juiz Marcelo Wallbach Silva considerou que as peças beneficiavam o atual prefeito e candidato à reeleição, Luciano Ducci (PSB). A ação foi proposta pela Coligação Curitiba Quer Mais, que apoia o candidato Gustavo Fruet (PDT). O mandado de segurança foi pedido na tarde de ontem.

Enquanto o recurso não é julgado, um comercial sobre segurança bastante similar, mas sem referências às UPS, está sendo exibido nas emissoras de televisão. A coligação de Fruet estuda entrar com nova ação contra esse segundo comercial. O governo do estado preferiu não se manifestar sobre o assunto.

## **MPF abre investigação contra superintendente do Dnit por mortes**

¶ O Ministério Público Federal de Cascavel instaurou ontem uma Peça Informativa Criminal (PIC) contra o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), José da Silva Tiago, para apurar a responsabilidade pelas mortes na rodovia BR-163, no trecho de 280 km entre Cascavel e Realeza. Sob jurisdição do Dnit-PR, o trecho teve 77 acidentes, com 8 mortos e 51 feridos entre os dias 1º de janeiro e 4 de junho de 2012. A apuração da possível prática de homicídio culposo (sem a intenção de matar) por Tiago é paralela à ação civil pública proposta recentemente contra o Dnit devido às más condições da rodovia.



## 2 vereadores de Piraquara são presos pelo Gaeco

Sandro Moser

Dois vereadores de Piraquara, na Grande Curitiba — o presidente da Câmara Municipal, Weliton Santos Figueiredo (PDT), e Valmir Soares Maciel (PSDB), conhecido como Nanico — foram presos ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Paraná (MP).

Os dois são investigados pelo MP por suspeita de participarem de um esquema de desvio de dinheiro público na Câmara, por meio da apropriação de parte do salário de servidores da Casa. A prisão preventiva dos parlamentares foi decretada pela Justiça para garantir a continuidade das investigações.

### Afastamentos

Além das prisões, a Justiça determinou o afastamento de outro vereador, Leonel de Barros Castro (PMDB), e de uma servidora das funções públicas que exercem. Eles também foram proibidos pela Justiça de frequentar o prédio do Legislativo e de manter contato com quaisquer servidores da Câmara, sob pena de também terem a prisão preventiva decretada e seus vencimentos suspensos.

As investigações são desdobramentos da Operação Toca do Peixe, deflagrada no dia 30 de junho pelo Gaeco e pela Promotoria de Piraquara, que cumpriram mandados de busca e apreensão de documentos em 37 locais, incluindo a Câmara Municipal e as casas de 9 vereadores e de 27 servidores.

# 25 JUL 2012 GAZETA DO POVO

## NOTA DA REDAÇÃO

### Gazeta repudia uso de sua imagem em panfleto eleitoral

Panfletos reproduzindo uma reportagem e o logotipo da Gazeta do Povo estão sendo distribuídos em Curitiba para uso eleitoral sem autorização do jornal. O material é assinado pela Coligação Curitiba Quer Mais, do candidato a prefeito Gustavo Fruet

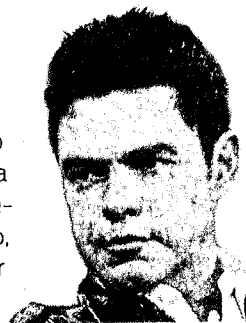
(PDT). A Gazeta do Povo repudia a associação de sua imagem à de qualquer candidato e esclarece que pauta sua cobertura jornalística pelo interesse do leitor e pela imparcialidade. O jornal vai procurar a Justiça para fazer valer seus direitos.

A reportagem reproduzida no panfleto foi publicada no domingo passado. Fazia uma análise do cumprimento das promessas eleitorais da campanha de 2008, que elegeu Beto Richa (PSDB) e Luciano Ducci (PSB) à prefeitura. O panfleto, ao contrário do que fez o jornal, destacou em grifos vermelhos aspectos negativos da gestão de Ducci, que é candidato à reeleição.

## NOTA POLÍTICA

### Zezé multado

O cantor Zezé di Camargo (foto) foi condenado pela Justiça Eleitoral a pagar multa de R\$ 25 mil por fazer propaganda eleitoral antecipada em Bom Despacho (MG). Segundo denúncia do Ministério Público de Minas Gerais, o músico incitou um público de 12 mil pessoas a votar no candidato de oposição a prefeito da cidade. Zezé se apresentava em show pelo centenário de Bom Despacho, em 2 de junho. O evento foi bancado pela prefeitura, que distribuiu convites gratuitamente aos moradores, cobrando apenas pelo camarote. O cantor é acusado pelo MP mineiro de fazer promoção pessoal do prefeito Haroldo Queiroz (PDT) e ataque eleitoral ao seu desafeto político. O então vereador Fernando Cabral (PPS), único representante da oposição na cidade e hoje candidato a prefeito, havia entrado com ação, antes do show, para interditar os camarotes.



## DUAS OUTRAS

duas outras pessoas foram afastadas de suas funções na Câmara: um vereador e uma servidora.

**25 JUL 2012**

# **JORNAL DO ESTADO**

## **Gestão**

Os riscos mais frequentes na gestão pública são as fraudes internas e externas, as práticas incorretas e inadequadas, os danos em ativos físicos e as falhas ou interpretações de negócios e as falhas de execução. A informação é do desembargador do Tribunal de Justiça e professor da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro, Jessé Torres Pereira Junior, que participou ontem do 3º Congresso de Gestão Pública – Gestão Estratégica de Pessoas e Inteligência Pública, no Estação Business School, em Curitiba. O Congresso termina hoje.

# JORNAL DO ESTADO

## JUSTIÇA MANDA ANVISA

### LIBERAR NAVIOS 25 JUL 2012

O Poder Judiciário emitiu, nos últimos dias, pelo menos quatro decisões favoráveis à manutenção do serviço de inspeção de navios executado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em portos do país e deve julgar outras cinco ações com o mesmo teor. Em greve desde o último dia 16, os agentes da Anvisa haviam deixado de conceder o chamado certificado de livre prática, documento que permite entrada e saída de pessoas a bordo dos navios e o abastecimento das embarcações. O Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região decidiu que a emissão do certificado é serviço essencial e deve ser mantido pelo escritório da agência em Paranaguá.

# Justiça determina liberação DE NAVIOS NOS PORTOS

Medida atende reivindicação de operadores  
portuários do Paraná, Bahia, Rio e Santa Catarina

Os auditores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em greve desde o dia 16, deverão voltar a emitir o certificado de livre prática, necessário para o embarque e desembarque de mercadorias e pessoas nos navios que atracam em portos brasileiros. A determinação atende a um pedido de agravo de instrumento movido pelo Sindicato dos Operadores Portuários do Paraná (Sindopar).

Na segunda-feira, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, decidiu que a emissão do certificado é serviço essencial e deve ser mantido pelo escritório da agência em Paranaguá. “A Anvisa deve assegurar,

ainda que de forma precária, a execução dos serviços de fiscalização que lhe compete, para que promova a liberação, em tempo hábil, dos navios, conforme o cronograma de atracação, procedendo ao exame dos documentos e, se necessário, a imediata inspeção sanitária dos navios que assim o exigirem”, diz trecho da decisão.

A decisão foi assinada pelo desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz.

Procurada pela Agência Brasil, a Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenammar) informou que, além do Paraná, sindicatos de três estados obtiveram decisões

judiciais similares: Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Em pelo menos cinco — Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco e São Paulo — a Justiça já foi acionada. A greve atinge também portos no Pará, Paraíba e Rio Grande do Sul.

O Poder Judiciário emitiu, nos últimos dias, pelo menos quatro decisões favoráveis à manutenção do serviço de inspeção de navios executado pela Anvisa em portos do país e deve julgar outras cinco ações com o mesmo teor.

**CONTINUA**

# 25 JUL 2012

## JORNAL DO ESTADO

### CONTINUAÇÃO

#### **Congestionamento —**

Ontem à tarde, mais de 120 navios aguardavam atracação ao largo do Porto de Paranaguá, o segundo maior do país (perde, em tamanho, para o Porto de Santos) e o primeiro em exportação de grãos. A fila não é motivada apenas pela greve da Anvisa, pois pelo menos 16 embarcações operaram nos últimos dias amparadas em liminares individuais obtidas na Justiça.

Entre as causas do congestionamento, citadas pela administração do Porto de Paranaguá, estão o alto volume de cargas e as chuvas registradas em 22 dos últimos 40 dias. A chuva impede operações como desembarque de fertilizantes e embarque de soja.

Segundo a Anvisa, os servidores do órgão estão prestando os serviços essenciais, com pelo menos 30% do quadro de pessoal em todos os portos do país. Cargas de produtos perecíveis, medicamentos e artigos hospitalares estão sendo liberados.

“Essa nossa paralisação é a maior da história das agências reguladoras”, afirmou à Agência Brasil o diretor de Comunicação do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências), Ricardo Holanda. “Mesmo com essas decisões judiciais, os certificados serão emitidos, mas com demora. A economia brasileira está sendo afetada pela intransigência do governo.”

25 JUL 2012

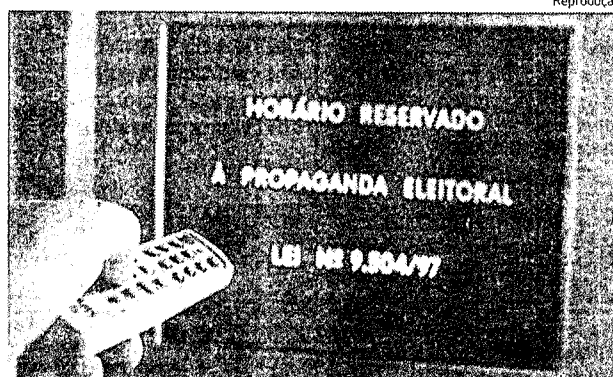
JORNAL DO ÔNIBUS

# TRE sorteia ordem dos programas eleitorais

## Propaganda entra no ar em 21 de agosto e vai até 4 de outubro

A juíza da 3ª Zona Eleitoral de Curitiba, Renata Estorilho Baganha, realizou o sorteio da ordem do primeiro programa da propaganda eleitoral gratuita que terá início no dia 21 de agosto e se estenderá até o dia 04 de outubro de 2012. Estiveram presentes no sorteio os representantes dos partidos políticos e coligações e também representantes das emissoras de rádio e televisão de Curitiba.

Os programas serão veiculados em blocos de meia hora. Na rádio, a propaganda eleitoral vai ao ar das 7h às 7h30 horas e das



Os blocos na televisão de meia hora em dois horários

12h às 12h30 de segunda a sábado. Na televisão, os blocos serão exibidos das 13h às 13h30 e das 20h30 às 21 horas, de segunda a sábado.

Às segundas, quartas e sextas serão veiculados os programas dos candidatos a

prefeito; às terças, quintas e sábados serão veiculados os programas dos candidatos a vereador. As inserções (peças exibidas nos intervalos comerciais) serão veiculadas todos os dias.

De acordo com o sorteio,

a ordem ficou a seguinte para o primeiro programa: Eleição para prefeito - Curitiba Quer Mais (Gustavo Fruet); PSTU (Avanilson Araujo); Curitiba Criativa (Ratinho Júnior); PMDB (Rafael Greca); Curitiba Sempre na Frente (Luciano Ducci); PPL (Alzimara Bacelar) e Frente de Esquerda (Bruno Meirinho).

Para vereador: coligação Nova Curitiba; PPS; PSL; PTB; PP; PDT/PT/PV; PRP; PSDC; PRTB; Curitiba Novas Ideias; Unidos Por Curitiba; PMDB; Curitiba Mais Forte; PSOL; PPL e PSTU.

## Notas políticas

### Guerra na Justiça 1

O Facebook e o Twitter de Fruet tiveram que passar por adequações, por determinação da juíza eleitoral Renata Estorilho Baganha. Nas duas contas das redes sociais terão que constar o nome da coligação do candidato e os partidos que a integram. A assessoria jurídica da Coligação Curitiba Quer Mais informa que, embora tenha posição divergente, por considerar que o nome da Coligação deva constar apenas em material impresso, irá cumprir a decisão e adequar as redes sociais.

### Guerra na Justiça 2

O governador Beto Richa se disse surpreso e não concorda com a decisão que proibiu os comerciais do governo do Estado sobre a instalação das UPSs, Unidades Paraná Seguro, por entender que a propaganda beneficia a candidatura do prefeito Luciano Ducci, que é apoiado por Richa. O critério do juiz eleitoral Marcelo Wallbach Silva cria nova jurisprudência, pois não há proibição para propaganda institucional de governos do Estado e da República durante campanha eleitoral municipal.

# 25 JUL 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Adequação

A juíza eleitoral Renata Estorilho Baganha determinou que o candidato a prefeito Gustavo Fruet (PDT) inclua o nome da Coligação Curitiba Quer Mais nas redes sociais Twitter e Facebook. A coligação informou que vai atender a decisão.

### Júri

O julgamento do ex-policial militar Omar Assaf Júnior entrou pela noite e o veredicto estava previsto para ser anunciado perto da meia-noite. Ele está foragido e o júri é feito à revelia (sem a presença do réu). Omar é acusado de matar o estudante Thiago Klemtz de Abreu Pessoa, 19 anos, em agosto de 2009, no Bigorriho. A defesa alega que Omar foi provocado pela vítima e agiu sob "violenta emoção", o que reduziria a pena. A acusação queria condenação máxima de 30 anos.

# CONJUR

## Procon e TJ paulista querem auxiliar endividados

25 JUL 2012

O Procon-SP e o Tribunal de Justiça de São Paulo vão lançar no mês de agosto um programa para auxiliar pessoas que estão superendividadadas — que tenham mais de 50% da renda comprometida. O Programa de Apoio ao Superendividados prevê orientação financeira e também psíquica aos interessados.

O programa terá, além do auxílio de especialistas em economia, a participação de psicólogos do Hospital das Clínicas que trabalham com problemas relacionados à compulsão por compras. “Não adianta a pessoa saber fazer cálculo, também tem de saber a razão por agir assim, e como a sua mente trabalha”, disse Vera Lucia Remedi, assessora executiva do Procon. “Muitas vezes a pessoa lida com a emoção, e acaba caindo justamente nas armadilhas do mercado que usam esse sentimento”, destacou.

Em 2011, em um projeto piloto, que atendeu cerca de 300 pessoas, o Procon identificou que um terço dos superendividados tinha algum tipo de alteração psíquica. Desses, 70% tinham compulsão por compras. “Acaba sendo também um problema de saúde pública. A pessoa se deprime porque se superendivida. Ou por estar deprimida ou ter algum tipo de compulsão se superendividou. É necessário alertar e dizer que o problema existe.”

O Procon irá fazer uma triagem entre os que se cadastraram para detectar quem, de fato, está em situação de superendividamento. As pessoas que não forem enquadradas na condição, mas apresentam uma situação de endividamento, poderão renegociar seus débitos. “O que a gente vai fazer é alertar para que a pessoa tenha controle com relação a contratações de crédito. Muitas vezes, a falta de um planejamento adequado faz a pessoa perder o controle da dívida.”

Segundo Vera Lucia, “um endividado para se tornar um superendividado, com os juros que tem no Brasil, é uma questão de três a quatro meses”. O atendimento aos selecionados para o programa será na Rua Barra Funda, 930, na zona oeste de São Paulo. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo telefone 151, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h. *Com informações da Agência Brasil.*

Revista **Consultor Jurídico**, 24 de julho de 2012

# CONJUR

## Advogada é condenada por falsificar sentença

25 JUL 2012

Uma advogada foi condenada a dois anos e 11 meses de reclusão por falsificação de sentença. A condenação partiu do juiz substituto da 2ª Vara Criminal de Campo Grande, Deyvis Ecco. As informações são do site *Correio do Estado*.

“De fato, a ré praticou o crime na qualidade de advogada, valendo-se de sua profissão, essencial à Justiça segundo a própria Constituição (...) para a falsificação e utilização de documentos públicos, o que justifica a exasperação da pena”, afirmou o juiz.

Consta na denúncia que nos dias 2 de maio e 2 de junho de 2009, em um escritório de advocacia da capital de Mato Grosso do Sul, a advogada falsificou decisão da Justiça em processo de primeiro grau e, no dia seguinte, no mesmo local, ela teria falsificado a decisão de outro juiz.

A pena seria cumprida inicialmente em regime aberto, mas foi substituída por duas penas restritivas de direitos: um pagamento de dez salários mínimos vigentes à época dos fatos e outra de prestação de serviços à comunidade, ambas em favor de entidades públicas com destinação social. Além disso, terá de pagar 115 dias-multa, à razão de 1/10 do salário mínimo vigente à época do crime.

**Processo 0007583-77.2010.8.12.0001**